



CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

PF diz que Vercaro foi avisado sobre operação e tentou fugir do país

■ A Polícia Federal (PF) afirmou ao STF que o empresário Daniel Vercaro teve conhecimento antecipado da operação que seria deflagrada contra ele em novembro de 2025 e tentou deixar o Brasil um dia antes da ação policial. Segundo a corporação, o controlador do Banco Master só não conseguiu fugir porque acabou preso preventivamente no Aeroporto Internacional de Guarulhos, quando estava prestes a embarcar em um voo internacional.

■ A informação consta na decisão do ministro André Mendonça que autorizou mandados de busca e apreensão contra o empresário Thiago Miranda Silva, apontado como um dos articuladores do chamado “Projeto DV”. Ao reproduzir os argumentos da PF, o ministro afirma que a análise do material apreendido nas fases anteriores da Operação Compliance Zero revelou que Vercaro teria estruturado “verdadeira organização criminosa”.

■ Foi justamente graças à atuação desse núcleo, segundo a Polícia Federal, que Vercaro teria tomado conhecimento da operação antes de sua deflagração. A decisão afirma que o empresário “chegou a tomar ciência prévia da operação policial deflagra-



O empresário Daniel Vercaro tentou fugir do país em novembro de 2025

da no dia 18/11/2025, acionando previamente a sua rede de contatos para mitigar seus efeitos, e empreender tentativa de fuga no dia 17/11/2025”. A tentativa, porém, foi frustrada com o cumprimento da prisão preventiva no aeroporto de Guarulhos.

■ Segundo a decisão, a investigação aponta que o grupo possuía “um braço armado do grupo criminoso, especializado em atos de intimidação, coação e obtenção de dados sigilosos”, que atuaria “por meio da cooptação e corrupção de policiais, inclusive federais”. Ain-

da de acordo com a PF, essa estrutura funcionava como uma espécie de “contrainteligência armada”, capaz de antecipar movimentações das autoridades.

■ A nova decisão de André Mendonça autorizou buscas contra Thiago Miranda porque, segundo a PF, surgiram indícios de que ele integrava o núcleo responsável por ações de manipulação da opinião pública, intimidação de jornalistas e obtenção de dados sigilosos para proteger os interesses de Daniel Vercaro e do Banco Master.

Grupo de Vercaro levantou gastos com cartão de crédito de jornalista, diz PF

■ A Polícia Federal (PF) afirmou ao STF que o grupo ligado ao empresário Daniel Vercaro, controlador do Banco Master, levantou informações detalhadas sobre a vida financeira da jornalista Malu Gaspar, de O Globo, incluindo gastos com cartão de crédito, movimentações bancárias e patrimônio. Segundo a investigação, o objetivo era reunir dados que pudessem ser usados para intimidar, constranger ou descredibilizar a profissional.

■ A informação consta na decisão do ministro André Mendonça que autorizou mandados de busca e apreensão contra o empresário Thiago Miranda Silva, apontado pela PF como um dos responsáveis pelo chamado “Projeto DV”, esquema criado para proteger os interesses de Vercaro e do Banco Master.

■ De acordo com a decisão, a Polí-

cia Federal identificou que Thiago Miranda e Daniel Vercaro discutiam estratégias para monitorar a atuação da jornalista e promoviam um “constante levantamento de informações de natureza pessoal, profissional e patrimonial”. A corporação afirma que a intenção era reunir material “capaz de constranger, desacreditar ou expor a jornalista publicamente”.

■ Segundo a investigação, entre os dados efetivamente obtidos estavam uma estimativa da renda de Malu Gaspar, informações sobre operações realizadas com cartão de crédito, o volume de movimentações bancárias, além de dados patrimoniais, cadastrais, familiares e até informações sobre o veículo utilizado pela jornalista.

■ A PF afirma que, para obter parte desses dados, os investigados utilizavam a plataforma Nextbus-



Malu Gaspar foi alvo do grupo

cas.pro, apontada pela corporação como um serviço associado à comercialização ilegal de dados pessoais sigilosos.

■ A decisão também afirma que Thiago Miranda desempenhava papel central na operação. Segundo a PF, ele coordenava uma equipe encarregada de levantar informações sobre a vida privada da jornalista, acompanhava o andamento das buscas e orientava pesquisas em processos judiciais antigos e outras bases de dados para localizar informações consideradas sensíveis

Moraes barrou saída de Brazão da prisão domiciliar para consulta médica às vésperas da operação da PF

■ A defesa do ex-deputado federal Chiquinho Brazão teve negado pelo ministro Alexandre de Moraes (STF) o pedido para que ele deixasse a prisão domiciliar a fim de comparecer a uma consulta médica no Rio de Janeiro. A decisão foi proferida na segunda-feira (6/7), três dias antes de o ex-parlamentar ser alvo de buscas da Polícia Federal (PF) na Operação Emendatio, que investiga um suposto esquema de desvio de recursos de emendas parlamentares.

■ Na decisão, Moraes afirmou que os advogados não apresentaram documentos suficientes para comprovar a necessidade do atendimento. Segundo o ministro, a defesa apenas informou que Chiquinho tinha uma consulta agendada para o dia 6 de julho, na Ilha do Governador, mas não explicou a natureza do procedimento nem demonstrou a urgência clínica.

■ “O requerente limitou-se a informar, de forma genérica, a necessidade de comparecimento a atendimento médico, sem juntar documentação apta a demonstrar a natureza da consulta médica, a especialidade envolvida, bem como a efetiva necessidade clínica que justifique a flexibilização das condições impostas à prisão domiciliar”, escreveu Moraes.

■ O ministro destacou ainda que a autorização para deixar o local onde a prisão domiciliar é cumprida é uma medida excepcional e depende de justificativa concreta. “A autorização para afastamento do local de cumprimento da prisão domiciliar constitui medida excepcional e, por essa razão, deve estar amparada em elementos concretos que permitam ao Juízo aferir a imprescindibilidade do deslocamento”, afirmou.

■ Diante da ausência dessas informações, Moraes indeferiu o pedido apresentado pela defesa de Chiquinho Brazão.

■ Nesta quinta-feira (9/7), a Polícia Federal deflagrou a Operação Emendatio para investigar suspeitas de desvio de cerca de R\$ 100 milhões em recursos de emendas parlamentares destinadas a organizações da sociedade civil no Rio de Janeiro. Chiquinho Brazão foi um dos alvos de mandados de busca e apreensão expedidos por Moraes.

■ A operação também resultou na prisão preventiva do ex-assessor de Domingos Brazão, Raphael da Silva Gonçalves, e teve como outro alvo Robson Calixto Fonseca, o “Peixe”, também condenado no caso Marielle e já preso.